

OS COLARINHOS ESTÃO SUJOS

LUIS FELIPE SALOMÃO*

Juiz de Direito

Carlo de Benedetti, presidente da Olivetti, uma das maiores empresas italianas, ficou surpreso ao saber, em abril de 1992, que o valor das ações de sua companhia havia despencado. Mais surpreso ficou quando soube que o fato responsável tinha sido sua condenação a seis anos e quatro meses de prisão, proferida por magistrados do Tribunal de Milão no dia 16 daquele mês, pelo seu envolvimento na quebra do Banco Ambrosiano em 1982, um dos grandes escândalos financeiros daquela década.

Por que um empresário bem-sucedido pratica fraudes? Por que um político campeão de votos subtrai o patrimônio público? Por que um juiz se envolve em crimes contra o INSS? Por que um fiscal bem remunerado se torna agente da corrupção?

Essa contradição entre respeitabilidade e comportamento criminoso acompanha o chamado crime do colarinho-branco, que é a infração penal cometida por aqueles profissionais que, pela natureza de suas atividades, costumam apresentar-se em trajes convencionais (para os homens, terno e gravata). Trata-se de modalidade delituosa antiga, mas que vem atraindo cada vez mais a atenção e irrisignação da sociedade. Esse tipo de crime é praticado por pessoas que, em razão de sua posição profissional e *status* social, são usualmente cautelosas e, por isso, evitam deixar traços de suas más condutas. Assim, a prova acerca dessa infração criminal é de obtenção difícil e demorada.

Há uma perspectiva criminológica que explica de forma simples e clara esse delito que, quando bem-sucedido, tem o poder de criar milionários ou de aumentar fortunas já existentes: a teoria da escolha racional, preconizada por Ronald Clarke e Derek Cornish a partir

da monografia *The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending* (1986).

O argumento central de Clarke e Cornish é de que as pessoas praticam crime principalmente porque tem diante de si uma boa oportunidade. A decisão da prática criminosa decorre de uma avaliação de que o risco de se ser apanhado é pequeno e logo, vale a pena corrê-lo. Essa perspectiva vê as pessoas pelo aspecto econômico. O homem econômico sempre procura oportunidades. O homem econômico, portanto, é o criminoso potencial. Qualquer pessoa, então, pode ser criminosa, bastando, para tanto, que tenha diante de si uma oportunidade que lhe resulte utilidade pessoal e que avalie que o risco atrelado à respectiva atividade criminosa seja mínimo. Assim, tornam-se criminosos o grande empresário, o político, o juiz, o fiscal e muitos outros, todos ávidos pelo dinheiro fácil, convencidos de que as oportunidades que suas profissões lhe abrem não devem ser desperdiçadas, mesmo que haja o risco da descoberta, mas risco esse que reputam pequeno, até por que sua corrupção raramente ocorre solitária.

O Estado deve se municiar para atuar prontamente contra esses cooptados pelo dinheiro alheio, pelo que deve especializar as polícias e demais setores administrativos na detecção e investigação do crime do colarinho-branco, bem como é necessário que se tenha Ministério Público e Judiciário (estadual e federal) atuantes e eficientes (leia-se rápidos), para que esses criminosos tenham como endereço a cela de uma prisão, perdendo para o Estado todo o dinheiro obtido com seus desvios, além das multas penais de suas condenações. Assim, certamente diminuirão as notícias de falências fraudulentas, rombos no Erário e propinas milionárias, não porque esses fatos não serão descobertos, mas porque a probabilidade maior de punição passará a habitar a mente dos que se sentirem seduzidos pelas oportunidades.